

PÁG.

- 1- [ATA](#)
1.1- [254ª Reunião Extraordinária](#)
2- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)

ATA

ATA DA 254ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 9 DE DEZEMBRO DE 1993

Presidência do Deputado José Ferraz

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE - Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): Questão de ordem - Discussão e votação de proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.744/93; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.613/93; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.617/93; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.623/93; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.784/93; encerramento da discussão - Suspensão e reabertura da reunião - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.616/93; aprovação, com as Emendas nºs 1 e 2 e subemendas, que receberam o nº 1, às Emendas nºs 4 e 6 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.618/93; aprovação, com as Emendas nºs 1 a 4 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.744/93; aprovação, com as Emendas nºs 1 e 2 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.613/93; aprovação, na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.617/93; aprovação, na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.623/93; aprovação, na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.784/93; aprovação, na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.615/93; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Ermano Batista, Wilson Pires, Ibrahim Jacob e Maria Elvira; aprovação, na forma do vencido em 1º turno - Discussão e votação de pareceres de redação final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.767, 1.494 e 1.697/93; aprovação - Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 1.804/93; aprovação - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 9h43min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - Elmiro Nascimento - José Militão - Rêmoló Aloise - Elmo Braz - Roberto Carvalho - Bené Guedes - Sebastião Helvécio - Amílcar Padovani - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Aduato - Antônio Carlos Pereira - Antônio Fuzatto - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Pinheiro - Arnaldo Canarinho - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger - Bonifácio Mourão - Célio de Oliveira - Clêuber Carneiro - Cossimo Freitas - Dílzon Melo - Eduardo Brás - Edward Abreu - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - Jaime Martins - João Batista - João Marques - Jorge Eduardo - Jorge Hannas - José Braga - José Laviola - José Leandro - José Maria Pinto - Marcelo Cecé - Márcio Miranda - Maria Elvira - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Milton Salles - Paulo Pettersen - Péricles Ferreira - Raul Messias - Roberto Amaral - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Simão Pedro Toledo - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wellington de Castro - Wilson Pires.

O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- O **Deputado Bené Guedes**, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O Deputado Raul Messias - Sr. Presidente, eu diria, até, infelizmente, mas gostaria de cobrar da direção da Casa e da Prefeitura uma solução para a questão do trânsito na Rua Rodrigues Caldas. Mais uma vez, uma pessoa foi atropelada em frente à Assembléia. Não sei se é funcionário da Casa, mas, quando me dirigia ao Plenário, tive essa notícia. Já não é possível conviver com esse caos do trânsito em frente à Assembléia. Sabemos que as obras da trincheira nada contribuíram para melhorar o trânsito. Gostaria de que V. Exa., em nome da Casa, em nome dos funcionários, solicitasse segurança para as pessoas que transitam em torno da Assembléia e conseguisse uma solução urgente para esse problema.

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras do Deputado Raul Messias.

A Presidência, verificando, de plano, a inexistência de "quorum" para votação, vai submeter os projetos em fase de discussão à apreciação do Plenário.

Discussão, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.744/93, do Governador do Estado, que dispõe sobre a recomposição dos vencimentos dos cargos do Quadro Específico de Pessoal da Defensoria Pública e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação, com as Emendas nºs 1 e 2. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.613/93, do Governador do Estado, que cria o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDEURB - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação, na forma do vencido no 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.617/93, do Governador do Estado, que cria o Fundo de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça - PROSAN - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação, na forma do vencido no 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.623/93, do Governador do Estado, que cria o Fundo de Fomento e Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado - FUNDESE - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.784/93, do Governador do Estado, que cria cargos de provimento efetivo no quadro da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação, na forma do vencido no 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Suspensão e Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Não existindo "quorum" para a votação dos projetos, a Presidência vai suspender a reunião por 15 minutos para aguardar a configuração de "quorum. Estão suspensos os trabalhos.

Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Presidente - Votação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.616/93, do Governador do Estado, que cria o Fundo de Desenvolvimento Regional do Jaíba e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Agropecuária opinou pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Agropecuária, que opinou pela aprovação das Emendas nºs 4 e 6, na forma das subemendas que receberam o nº 1, e pela rejeição das Emendas nºs 3 e 5. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Em votação, as emendas que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovadas. Em votação as emendas que receberam parecer pela rejeição. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei nº 1.616/93, com as Emendas nºs 1 e 2 e as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 4 e 6. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.618/93, do Governador do Estado, que cria o Fundo de Incentivo à Industrialização e dá outras providências. A Comissão de Justiça opinou pela constitucionalidade do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, que

apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto, com as Emendas n°s 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto, com as Emendas n°s 1 e 2 da Comissão de Justiça, e com as Emendas n°s 3 e 4, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opinou pela rejeição da Emenda n° 5. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Sr. Presidente - Em votação, as Emendas n°s 1 a 4, com parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em votação, a Emenda n° 5, com parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei n° 1.618/93, com as Emendas n°s 1 a 4. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, no 1° turno, do Projeto de Lei n° 1.744/93, do Governador do Estado, que dispõe sobre a recomposição de vencimentos dos cargos do Quadro Específico do Pessoal da Defensoria Pública e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação, com as Emendas n°s 1 e 2. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas n°s 1 e 2. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei n° 1.744/93, com as Emendas n°s 1 e 2. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, no 2° turno, do Projeto de Lei n° 1.613/93, do Governador do Estado, que cria o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDEURB - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação, na forma do vencido no 1° turno. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei n° 1.613/93 na forma do vencido em 1° turno. À Comissão de Redação.

Votação, no 2° turno, do Projeto de Lei n° 1.617/93, do Governador do Estado, que cria o Fundo de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça - PROSAN -, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto, na forma do vencido no 1° turno. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, no 2° turno, do Projeto de Lei n° 1.623/93, do Governador do Estado, que cria o Fundo de Fomento e Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado - FUNDESE -, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1° turno. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, no 2° turno, do Projeto de Lei n° 1.784/93, do Governador do Estado, que cria cargos de provimento efetivo no quadro da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1° turno. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, no 2° turno, do Projeto de Lei n° 1.615/93, do Governador do Estado, que cria o Fundo de Desenvolvimento Minerometalúrgico e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação, na forma do vencido no 1° turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos, Encerra-se a discussão. Em votação. Com a palavra para encaminhar a votação, o Deputado Ermano Batista.

O Deputado Ermano Batista - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quanto ao projeto, cujo conteúdo dispensa explicações, somos por sua aprovação.

Ocupo esta tribuna para dizer que, recentemente, os maçons do Brasil estiveram representados, em Guarapari, ES, para a instalação do seu centro de convenções. Naquela oportunidade, refletiram juntos e tomaram a decisão de fazer públicas as preocupações e o pensamento maçônicos em meio a este mar proceloso onde navegam os brasileiros. Ao fim dos entendimentos, decidiram publicar o documento que levou o título de Carta de Guarapari, vazado nos seguintes termos. (- Lê:)

"*No ensejo da inauguração do Centro Nacional de Convenções Maçônicas - Cenacom, nesta aprazível Praia do Meaípe, em Maimbá, Guarapari-ES, Maçons de todo o Brasil se irmanam e confraternizam, na instalação de um Centro de Reuniões para a celebração dos princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, tão caros à Ordem.

Entretanto, lá fora, nuvens negras turbam o céu da Pátria. A Nação está estarrecida, perplexa, estonteada. Quanto mais se aprofunda a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - no lamaçal do escândalo do orçamento nacional, mais emergem os detritos da imoralidade.

Obras fictícias, desnecessárias, superfaturamento, propinas, desvios de parcelas, tudo isso vinha sendo feito como se fosse norma, constituindo-se num rosário de crimes, de abusos, de práticas ilegais e imorais, cometidos cinicamente, ora à luz do dia, ora no recôndito dos gabinetes, ao abrigo de injustificável imunidade, para uns,

e consolidada impunidade para outros.

Necessária, pois, a tão propalada operação "mãos limpas" para que não ocorra a desmoralização total da atividade pública.

O descaramento com que se praticaram as falcatruas, à sombra da execução do Orçamento da União, desde a apresentação, aprovação, alterações, supressões e inserções posteriores de emendas até a liberação das respectivas verbas pelo Executivo, leva-nos a terríveis reflexões. Assusta-nos o quanto foi fácil o exercício da corrupção administrativa. Em muitas situações nem disfarce houve: operava-se abertamente, como ficou claro nos depoimentos de alguns dos implicados. Tudo sem auditoria, sem a mínima fiscalização para a liberação dos recursos públicos, mesmo os mais vultosos. Ficou à mostra toda uma máquina viciosa, ineficiente, conivente, que tem permitido o desvio do dinheiro público, sem qualquer obstáculo.

A corrupção é o desvio de normas, de leis e dos padrões de moralidade aceitos pela sociedade. É a progressiva desintegração de um ser, mediante a ação de fatores internos e externos. Temos a corrupção moral, que é a depravação progressiva dos costumes. O corrupto não tem escrúpulos morais nem respeito aos direitos alheios. Tudo vale para realizar seus desejos insaciáveis. Já a corrupção administrativa é o aproveitamento sistemático do cargo público para a satisfação de interesses pessoais, comumente de natureza pecuniária.

Assim, o poder invisível, com sua mão gatuna, vai apropriando-se dos recursos públicos, fazendo a fortuna de maus políticos, servidores inescrupulosos, empreiteiros insaciáveis, criadores de fantasmas e sindicatos que, desviando-se de sua função representativa, servem aos interesses de pretensos assaltantes do Poder.

Os depoimentos dos envolvidos mentores e partícipes de tais saques aos cofres públicos, se, por um lado, não surpreendem, por outro, quanto a outros até então tidos e havidos por honestos, nos deixam estarecidos. O pior de tudo é a indagação: serão punidos?

Impõe-se, pois, a cassação de mandatos, a suspensão de direitos políticos, exoneração, intervenção e exclusão do rol de prestadores de serviço, para que não continuem enganando o povo e espoliando a nação.

Imprescindível, além disso, que sejam criminalmente punidos como aproveitadores e malversadores do dinheiro público. Mais: sejam-lhes confiscados os bens ilegalmente adquiridos, pois as grandes fortunas assim obtidas têm origem evidente na rapinagem aos cofres públicos. Urge, então, que a Justiça intervenha, de forma decisiva e objetiva, a exemplo do que ocorre na Itália, também infestada pela mesma doença.

Exige-se, e já, do Congresso Nacional que lance de si, como erva daninha, aqueles que lhe macularam a imagem, que lhe arranharam a credibilidade, mas exige-se também do Executivo ação no mesmo sentido, pois nada teria acontecido sem o concurso de membros deste Poder.

Concluir os trabalhos da CPI, punir exemplarmente os culpados, inocentar os bons e recuperar para os cofres públicos o dinheiro desviado são exigências pelas quais clama a consciência nacional.

Superada essa fase, impõe-se ainda que se proceda à revisão constitucional, para que a Nova Carta não mantenha restrições insustentáveis, nem lhe sejam retiradas as conquistas sociais conseguidas. Que haja, pois, um trabalho sério e patriótico, para que se dote o Brasil de um texto moderno, dinâmico, correto, objetivo, auto-aplicável, que não gere desequilíbrios nem propicie desigualdades sociais, regionais e de renda.

Em 1994, provavelmente ainda em plena efervescência dos escândalos, teremos eleições gerais. O Presidente da República transferirá a outra cabeça sua coroa de espinhos. Que faremos nós? Além de escolher criteriosamente os candidatos, imploraremos ao Grande Arquiteto do Universo para que ilumine os eleitores e fortaleça o coração e a consciência dos eleitos.

Cumpre-nos despertar nos cidadãos o valor da ética social. Não nos deixemos dominar pelo comodismo, pelo desânimo e pela desesperança.

Orgulhem-nos de ser corretos e envergonhem-nos da prática de ações condenáveis. Não sejamos cúmplices do suborno e do tráfico de influências ou de qualquer procedimento indigno.

Preservemos, a todo o custo, o sistema de moralidade que nos incute a nossa ordem. Lutemos para que prevaleçam os seus princípios."

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o grão-mestre Héilton Barroso Drey, autenticando esse documento, apela à consciência dos maçons de Minas seus comandados, chamando-os à ordem e à participação, nos seguintes termos.

"*Este é o pensamento do Grande Oriente de Minas Gerais, neste momento crucial, intérprete das aspirações sociais e políticas de seus membros. Esta é a sua mensagem, através da qual, se o Grande Arquiteto do Universo permitir, possamos realizar uma cruzada moral, restaurando a lisura, a probidade e a correção na vida pública, para que nossa Pátria emergja limpa e pura do lodaçal em que a lançaram e pratique a verdadeira democracia.

Travemos uma "guerra pacífica", empregando a poderosa arma da força moral, em que cada um de nós seja o censor de si mesmo e todos sejamos censores da própria sociedade, tendo por alvo o combate à violência, à corrupção, à incompetência, à imoralidade e à impunidade."

(* - Publicado de acordo com o texto original.)

O Sr. Presidente - Com a palavra, o ilustre Deputado Wilson Pires.

O Deputado Wilson Pires - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de parabenizar o ilustre Deputado Ermano Batista, por ter ocupado essa tribuna para continuar demonstrando o que a maçonaria realmente tem feito neste País. Sua participação vem desde o período do império, quando ela teve grandes momentos na luta pela moralização da Nação. Quero, ainda, dizer ao ilustre Deputado Ermano Batista e aos meus pares que a Grande Loja de Minas Gerais está, também, irmanada com o Grande Oriente do Brasil; digo, Sr. Presidente, que a Maçonaria é um bloco monolítico; ela não é dividida; suas potências se unem em torno dos princípios da moralidade, da igualdade e da fraternidade, para trazer a esta Nação uma condição de sobrevida, dentro dos princípios da ética moral. Tenho certeza, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que uma instituição milenar como a Maçonaria prestará serviços relevantes a esta Nação e ao homem, que tem as suas imperfeições, pois isso é próprio do ser humano. Tenho certeza de que, com os princípios maçons, através da ordem, poderemos resgatar a seriedade deste País. Estou absolutamente certo de que ela o fará, através da burilação do espírito de todo cidadão, para que possamos nos orgulhar de dizer que somos brasileiros, para que possamos demonstrar às potências do exterior que o Brasil tem homens sérios, que querem moralizar esse País. Que aqueles que têm culpa sejam punidos e banidos da vida pública, porque a Maçonaria tem, em seus princípios, a preocupação de aprimorar o homem e de dar-lhe condição para que ele possa viver dignamente, com sua família, dentro da sociedade.

Parabenizo, meu caro Deputado Ermano Batista, a sua postura e sua colocação a respeito do Grande Oriente do Brasil. Por fim, quero dizer que a Grande Loja de Minas Gerais estará irmanada a ele, para buscar a redenção desta Pátria tão desmoralizada. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Ibrahim Jacob, para encaminhar a votação.

O Deputado Ibrahim Jacob - Apenas para fazer coro às palavras dos nossos ilustres irmãos e colegas Deputados Wilson Pires e Ermano Batista. Como maçom dos mais velhos de Minas Gerais e em atividade, com 50 anos de maçonaria, detentor da maior comenda da América Latina, da Ordem do Mérito Dom Pedro I, sinto-me orgulhoso e satisfeito por ter, nesta Casa, irmãos desse quilate. Fica o meu abraço fraterno e amigo aos Deputados Ermano Batista e Wilson Pires e a todos os irmãos maçons que se congregam conosco nesta Assembléia Legislativa. Muito obrigado, Deputada Maria Elvira, pela concessão do aparte.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Deputada Maria Elvira, para encaminhar a votação.

A Deputada Maria Elvira - Sr. Presidente e demais companheiros, também votarei favoravelmente a esse parecer.

Gostaria de registrar dois assuntos, na manhã de hoje, nos anais da Assembléia Legislativa. O primeiro refere-se ao fato de que, ontem, uma cidade muito querida por todos nós, Divisa Nova, completou 55 anos, o que é muito normal. Mas gostaria de chamar a atenção de todos para a homenagem a que assistimos ontem, à qual também estava presente o Deputado Agostinho Patrus. A homenagem foi muito bonita, e, por isso, gostaria de que ficasse registrada nos anais da Casa. Na Câmara Municipal, no Plenário, foi homenageada uma figura muito estimada em Minas Gerais, já falecida, e que foi muito ligada a esta Casa. Estou falando do Dr. José Arnaldo Ribeiro de Oliveira, ex-Diretor da CEMIG, figura ilustre de Carmópolis de Minas e que era casado com a nossa ex-funcionária Eliana de Barros Ribeiro Oliveira, que foi Diretora do Departamento de Consultoria. Então, assistimos a uma homenagem muito emocionante, e tudo o que José Arnaldo fez por Minas Gerais ao longo de sua vida foi relatado, realçado pela Câmara Municipal de Divisa Nova, na presença do Prefeito Antônio César Siqueira, que lhe deu um título "post mortem". A Eliana compareceu com seus filhos, oportunidade em que entregou uma lindíssima placa de prata em agradecimento à Câmara Municipal, que lá ficará guardada em função da história de nosso povo. Acho importante relatar isto porque, em uma época de tantos conflitos, poucas coisas boas estão sendo ditas. Só as negativas, os erros, os desacertos e as mazelas da sociedade brasileira e dos políticos é que estão sendo lembrados. José Arnaldo foi candidato a Prefeito em Carmópolis de Minas e era pessoa de quem o Dr. Tancredo Neves gostava muito.

Sr. Presidente, gostaria de dizer também que estou acabando de ler o livro do nosso caro amigo João Pinto Ribeiro, Secretário de Esporte, Lazer e Turismo neste Governo, ou seja, o popular "João do Poste". Este livro, muito simples na sua textura, não é um exemplar de alta literatura, mas sim, um testemunho de vida. Achei muito bonita a

trajetória de "João do Poste", de lavrador analfabeto a Secretário de Estado. Sim, porque João só aprendeu a ler com 18 anos. Saiu de Laranjeiras, em Belo Vale, como lavrador, e depois foi motorista de táxi, guarda-civil, detetive, empresário de sucesso, Vereador, Deputado Estadual e é hoje Secretário de Estado. Quero cumprimentar o João não pelo livro como obra literária mas pelo testemunho que dá a nós, mineiros, a seus amigos, a todos que já ouvimos falar dele e que devemos ler e admirar a sua história.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas considerações sobre o que falei na Câmara Municipal de Divisa Nova. Todo mundo está preocupado em cassar Deputados. Estou plenamente de acordo. Vamos separar o joio do trigo, vamos virar a mesa, fazer uma devassa no Brasil e tirar os corruptos, como já tiramos Collor e alguns Deputados, lá e aqui. Mas nada disso vai resolver o problema do País se essa nova cultura que o povo quer não permear a sociedade brasileira, fazendo com que todos nós sejamos mais honestos e sérios na nossa conduta. Acho que os políticos têm a cara do povo que os elege e os escolhe. Temos que analisar as relações interpessoais entre os políticos e seus eleitores, que também envolvem relações de corrupção, e, infelizmente, não sei se vem primeiro a galinha ou ovo: se é o político que procura o eleitor ou se é o eleitor que vai atrás do político, visando a proveito próprio, pedindo dinheiro, saco de cimento, cesta básica, etc. É claro que a miséria é muito grande, mas este é o momento não só de cassar Deputados, como também de colocar toda a sociedade brasileira para refletir. A prática política e as práticas eleitorais são de todos os partidos. Na nossa conduta de cidadãos brasileiros, também fazemos muitas coisas que temos que mudar. Quando a uma loja chega um fiscal, o lojista tenta corrompê-lo, para não receber multa, oferecendo propina. Às vezes, o fiscal pede, mas, às vezes, o dono da loja oferece. Quando numa estrada somos multados por excesso de velocidade ou por falta de alguma coisa no carro, oferecemos propina ao agente rodoviário para que não nos multe. Nas escolas, dizemos que "quem não cola não sai da escola" e estamos preparando nossas crianças para um futuro em que serão corruptoras, desonestas, sem ética e sem moral. Não adianta ficarmos nessa caça às bruxas, dizendo que só quem está por cima tem culpa nesse processo. Acho que a sociedade brasileira tem que passar por essa devassa e mudar a sua postura em relação ao futuro do País. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, são submetidos a discussão e votação, nos termos regimentais, e aprovados em redação final, cada um por sua vez, os Projetos de Lei n°s 1.697, 1.494 e 1.767/93 (À Sanção.); e o Projeto de Resolução n° 1.804/93 (À Promulgação.).

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação a Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial de hoje, às 20 horas, com a finalidade de se homenagear o Banco do Brasil. Levanta-se a reunião.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 12/1/94, o Sr. Presidente, nos termos do art. 62 da Resolução n° 800, de 5/1/67, c/c a Resolução n° 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6° da Resolução n° 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa n° 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura aprovada pela Deliberação da Mesa n° 878, de 1993, assinou os seguintes atos:

exonerando, a partir de 10/1/94, Patrícia França Chaves do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com exercício no gabinete do Deputado Francisco Ramalho;

nomeando Stella Níbia França Machado para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Francisco Ramalho.
